

## Adusp propõe novo debate com reitoráveis

A diretoria da Adusp está propondo a entidades da USP (Sintusp, DCE e APG) a realização conjunta de um segundo debate com os reitoráveis antes do primeiro turno das eleições (colegião), que ocorre dia 23 deste mês. O primeiro encontro dos candidatos foi realizado dia 18 de setembro (foto) com a presença de cinco dos seis candidatos. Nesta edição, respondendo a perguntas da diretoria da Adusp, eles analisam os temas isonomia salarial e ensino pago na USP.

Págs. 2, 3, 4 e 5.



Daniel Ruiz Garcia

### Arquivada representação contra ex-presidente da Adusp

O juiz de direito do Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária, Nelson Paschoal Biassi Júnior, atendeu solicitação do promotor Mauricio da Silva e arquivou representação baseada na Lei de Imprensa que o reitor da USP, Flávio Fava de Moraes, movia contra Marco Brinati, ex-presidente da Adusp.

O reitor sentiu-se atingido pela matéria assinada pela Adusp e veiculada na *Folha de S. Paulo*, em 15 de julho de 96. O texto mostrava que, na presença de cerca de 60 professores, Fava comprometera-se a reabrir negociações salariais e a rever o reajuste de data-base, o que não aconteceu. Fava de Moraes sentiu-se ofendido pelo trecho que diz: "o reitor, portanto, mentiu demonstrando seu descompromisso com o principal capital da USP: seus recursos humanos".

Em seu pedido de arquivamento, o promotor Mauricio da Silva diz que: "em nenhum momento se vislumbrou a intenção consciente de atingir a pessoa do reitor. Apenas, talvez, como 'pressão' e como satisfação a todos os professores que ali militam é que a matéria foi publicada". Em outro trecho, o promotor diz que a democracia, permite que críticas, insatisfações ou reivindicações venham à tona.

A presente decisão vem reafirmar a posição da Adusp que, dentro de uma prática democrática inquestionável e de respeito a princípios éticos, tem atuado com firmeza na defesa dos docentes da USP e, acima de tudo, da própria universidade. E coloca mais uma vez em xeque a figura do atual reitor, que preferiu partir para uma queixa-crime contra o então presidente da Adusp em lugar de tratar politicamente a questão.

### Decisão inédita da Justiça prorroga contrato precário

A Justiça acaba de prorrogar até 1º de fevereiro do próximo ano, medida cautelar concedida à professora Marina Passetto Nóbrega, do Instituto de Biociências (IB). Esta decisão estende a liminar de 30 dias, concedida anteriormente a partir de 31 de julho e já divulgada no Informativo Adusp nº 22.

A professora solicitou prorrogação do seu contrato, por via administrativa e judicial, para cumprir compromissos acadêmicos com seu projeto de pesquisa e orientação de tese, bem como para usufruir da licença prêmio a que tem direito.

Pela via administrativa, seu recurso entrou na pauta da última reunião (9 de setembro) do Conselho Universitário (CO). Representantes dos doutores, assistentes, funcionários e pós-graduandos solicitaram aos demais

membros do Conselho Universitário o adiamento da discussão para possibilitar a ampliação do debate. O assunto não chegou a ser discutido, pois ao alcançar esse ponto da pauta ele foi imediatamente retirado pelo Reitor, alegando a necessidade de nova manifestação da consultoria jurídica.

A decisão judicial mencionada é um fato inédito na Universidade de São Paulo e abre a polêmica sobre os limites e responsabilidades da Universidade na relação com as atividades desenvolvidas pelos docentes e seus compromissos. Neste caso, o projeto de pesquisa e a orientação de tese, patrocinados pelo dinheiro público, via Fapesp, seriam prejudicados com a interrupção do trabalho, uma vez que a docente ficaria sem vínculo empregatício e consequentemente sem salário.

# Encontro reúne cinco dos seis candidatos

Fotos: Daniel Ruiz Garcia

Cinco dos seis candidatos a reitor da USP debateram publicamente seus programas dia 18 de setembro, no auditório do Instituto Oceanográfico. Promovido pela Adusp, o debate "Salários, RDIDP e falta de professores" contou com a presença de Gil da Costa Marques, Jacques Marcovitch, Adolpho José Melfi, Carlos Alberto B. Dantas e Myriam Krasilchick. Cento e trinta pessoas, em sua maioria docentes, acompanharam a discussão em torno dos temas propostos pela Adusp (veja opinião do público na página ao lado).

Erney F. Plessmann de Camargo, que até então não havia assumido a candidatura, encaminhou carta ao presidente da Adusp, Jair Borin, informando que se colocava "na disputa em função de um manifesto assinado por muitos docentes solicitando que se candidatasse". Erney informou que não participava daquele primeiro encontro por estar se recuperando de uma cirurgia.

Além dos temas salários, RDIDP e falta de professores, o público fez questionamentos relativos ao Crusp, co-



**Melfi, Gil, Dantas, Borin, Marcovitch e Myriam, observados atentamente pelo público (detalhe) no Instituto Oceanográfico.**



brança de taxas para serviços que deveriam ser gratuitos, política para o setor de saúde (Hospital Universitário), Reforma Administrativa, avaliação do MEC (Provão), controle externo da universidade através de conselhos comunitários, alocação de docentes em atividades burocráticas, ensino de graduação e pós-graduação, carga horária de aula, falta de infra-estrutura em alguns departamentos, política de

contratação de novos professores, contratos precários e eleição direta para reitor. Em relação à disputa eleitoral ser realizada através do voto direto, Carlos Alberto Dantas, Gil da Costa Marques e Adolpho Melfi colocaram-se frontalmente contrários à proposta. Jacques Mar-

covitch disse estar aberto à discussão, desde que lhe mostrem cinco grandes universidades que adotam este sistema, e Myriam Krasilchick afirmou que o processo adotado pela USP pode ser melhorado. "Depende de uma ampla discussão e de alterações no Estatuto".

## Principais temas debatidos

Durante as quase três horas do debate, os candidatos mostraram-se preocupados com os ataques que a universidade pública vem recebendo nos últimos tempos e a recuperação da imagem da USP junto ao público externo. Adolpho José Melfi propõe a implantação de uma política de comunicação mais agressiva e profissional com o propósito de defender a universidade pública e gratuita e mostrar à sociedade o que a universidade vem produ-

zindo. Os reitoráveis convergiram, ainda, na necessidade de implantação de um Fundo de Pensão para docentes e funcionários da USP. Segundo Marcovitch, todos na USP desejam melhorar os salários. A grande questão, no entanto, está em resolver a equação: salários/benefícios/previdência.

Gil da Costa Marques propôs a criação de Câmaras para atuar junto à Cert, com o propósito de melhorar a avaliação docente. Ele divulgou seu programa, cen-

trado em quinze tópicos, dia 23 de setembro – cinco dias após o debate. Myriam Krasilchick defendeu a USP dos ataques de que a universidade seria um "elefante branco" e afirmou que a autonomia universitária, financeira e acadêmica, corre perigo em consequência da votação da PEC-370 que está tramitando no Congresso Nacional. Para o professor Carlos Alberto Dantas, na graduação é preciso recuperar o tripé ensino-pesquisa e extensão. Ele, no entanto, não

vê possibilidades de implantação do sistema de contratação em RDIDP para todos os professores. "Não há verbas suficientes para pagar os docentes, se todos forem contratados neste sistema".

Ainda segundo Dantas, a Universidade de São Paulo mantém um padrão internacional em relação ao número de professores. "Com a implantação de novas tecnologias vai ser possível expandir o número de alunos sem ampliar o número de docentes", afirmou.

# Somente 1,6% da USP vota para reitor

No dia 23 deste mês começa o processo eleitoral que interessa diretamente às 77 mil pessoas que fazem parte da comunidade da USP, aí incluídos professores, estudantes e funcionários. Contudo, o número de candidatos e eleitores potenciais não é tão significativo: 0,86% da população da USP pode se candidatar ao cargo e 1,68% tem direito ao voto.

Os candidatos a reitor devem sair, obrigatoriamente, entre os professores titulares, em número de 664. A eleição é realizada em dois turnos. No primeiro, a ser realizado dia 23 deste mês, votam aproximadamente

1300 pessoas, divididas entre membros das Congregações e do Conselho Universitário. Há Congregação em cada uma das 35 unidades da USP. Delas participam os chefes de departamento, professores titulares e representantes dos alunos e doutores. O Conselho Universitário tem 105 membros e também é composto em sua maioria por professores. Os outros integrantes deste Conselho são os representantes dos alunos de graduação e pós, das federações (como a Fapesp), dos funcionários e das classes trabalhadoras. Cada membro tem direito a um voto. Os oito candidatos mais votados vão

ao segundo turno. Em termos absolutos, contando primeiro e segundo turnos, existem 47 representantes dos alunos, 4 dos funcionários e 1250 dos professores.

Da segunda etapa da votação, dia 6 de novembro, participam cerca de 250 eleitores, entre membros dos Conselhos Universitário (novamente) e Central. Este último é formado por professores, representando as áreas de graduação, pós-graduação, pesquisa e cultura e extensão. Os três nomes mais votados neste turno são apresentados ao governador, que escolhe um dos indicados. A posse do novo reitor deve ocorrer até o final de novembro.

## CR discute programa

O Conselho de Representantes da Adusp se reúne no dia 1º deste mês, das 12h00 às 14h00 horas, para continuar a discussão sobre o programa de reitor. Lembramos que a reunião é aberta a todos os docentes interessados. As contribuições de várias unidades estão sendo sistematizadas e darão origem a um documento que será divulgado no Informativo Adusp. Pretende-se, ainda, solicitar a opinião dos reitoráveis sobre esse programa.

## Conheça a opinião do público sobre o debate com os reitoráveis

**Tupã Gomes Correa (ECA)** – “O debate foi morno. Nota baixa para todos os candidatos, porque falta muito conhecer em profundidade o que *realmente* (grifo do autor) cada um deles pretende fazer de concreto para resolver problemas decorrentes das aposentadorias (efetuadas e a realizar, com reflexo sobre o quadro docente e técnico), da limitação orçamentária (isto sim “um elefante branco”), da atual estrutura da Cert que como sabemos é um problema que afeta toda a universidade, da existência de órgãos como o CCINT, CCE, Museus, prefeituras dos campi (objeto de sucessivas controvérsias e insatisfações no gerenciamento das unidades). Isto só para começar.”

**João Zanetic (IF)** – “As respostas ficaram nas generalidades. O debate foi morno. Eu achei dois candidatos mais incisivos: o prof. Gil da Costa Marques e o prof. Marcovitch. Eles dois estavam aparentemente mais bem preparados. De um modo geral todos se mostraram positivos em relação à atual gestão, posição divergente da minha. De certa forma, as cinco candidaturas mostram uma continuidade da atual reitoria.”

**Vera H. Monezzi (diretora do Sintusp)** – “É a mesma política já vigente. Não vi nenhuma proposta realmente nova. Principal-

mente dos atuais membros Caio, Mirian e Marcovitch o discurso não teve novidades. Inclusive acho que, caso o professor Marcovitch seja eleito, nós do Sintusp, da Adusp etc. teremos sérios problemas de comunicação. Quando foi questionado, no debate, como os reitoráveis viam estas instituições ele se mostrou bem fechado. Aguardamos para ver se o Erney tem propostas novas.”

**Maria Aparecida Visconti (IB)** – “Achei todos eles muito parecidos. Não vi grandes inovações nas propostas. Em termos de clareza e melhor utilização do tempo, eu acho que o professor Marcovitch se destacou. Em termos de conteúdo mesmo, não vi grandes diferenças. Eles apresentaram idéias, mas nenhum mostrou propostas concretas.”

**Roberto Ramos Jr. (EP)** – “Eu achei que as propostas não diferiram umas das outras. Tudo muito igual. Os candidatos estavam numa posição de defesa da atual gestão. Lamentei que o prof. Erney não pudesse estar presente para ‘esquentar’ o debate. Por exemplo, a questão dos salários. Falou-se muito da baixa arrecadação, mas isto é o óbvio. O que todos queriam saber é, além destas variáveis externas, o que eles podem fazer. Numa avaliação geral, o debate foi fraco.”

## Reitores da USP

Nos 63 anos de existência da USP, 23 docentes já ocuparam o cargo de reitor.

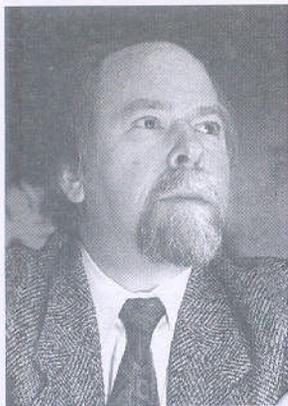
REYNALDO PORCHAT (FD), LÚCIO MARTINS RODRIGUES (EP), DOMINGOS RUBIÃO ALVES MEIRA (FM), JORGE AMERICANO (FD), ANTONIO DE ALMEIDA PRADO (FM), BENEDITO MONTENEGRO (FM), LINEU PRESTES (FO), MIGUEL REALE (FD), LUCIANO GUALBERTO (FM), ERNESTO MORAES LEME (FM), JOSÉ MELO MORAES (ESALQ), ALÍPIO CORRÊA NETO (FM), GABRIEL SILVESTRE TEIXEIRA DE CARVALHO (FMVZ), ANTONIO BARROS DE ULHÔA CINTRA (FM), LUÍS ANTONIO DA GAMA E SILVA (FD)\*, MIGUEL REALE (FD), ORLANDO MARQUES DE PAIVA (FMVZ), WALDIR MUNIZ OLIVEIRA (IME), ANTONIO HÉLIO GUERRA VIEIRA (EP), JOSÉ GOLDEMBERG (IF), ROBERTO LEAL LOBO E SILVA FILHO (IFQSC), RUY LAURENTI (FSP), FLÁVIO FAVA DE MORAES (ICB)

\*Foi substituído durante o seu mandato, de 1966 a 1969, período em que exerceu as funções de Ministro da Justiça, pelos seguintes reitores: Mário Guimarães Ferri, Hélio Lourenço de Oliveira, Alfredo Buzaid e João Alves Meira.

Fonte: reitoria da USP.

# Candidatos discutem isonomia salarial e er

Além dos cinco candidatos que já participavam deste fórum de debates que o Informativo Adu para ampliar e democratizar o processo de sucessão do reitor, a partir desta edição passamos as respostas do professor Erney F. Plessmann de Camargo, que assumiu sua candidatura no dia Nesta terceira rodada, a diretoria da Adusp questionou os reitoráveis sobre isonomia salarial e



## Jacques Marcovitch

**1** Penso que devemos, simultaneamente, preservar a isonomia e adotar, entre as três universidades, indicadores de desempenho. A universidade que tivesse melhor performance premiaria os seus professores e funcionários com abonos diferenciados. A isonomia absoluta, nos moldes atualmente praticados, pode estar punindo uma universidade que possua ótimos indicadores. Tais abonos não seriam incorporados ao orçamento. Os dados para a sua composição envolveriam resultados nas áreas de extensão/ensino/pesquisa e também aqueles reveladores de uma boa gestão financeira. Esta seria uma forma de premiar a austeridade administrativa e a contribuição de todos para o cumprimento das metas acadêmicas.

**2** A educação é um dever do Estado. Entre as obrigações do Estado moderno inclui-se a de alcançar os melhores resultados no desenvolvimento científico e formar bons profissionais. Num país onde os excluídos constituem maioria, o ensino superior gratuito é claramente um fator de modernidade. Ao contrário do que dizem os defensores do ensino pago, tal procedimento na USP não contribuiria significativamente para aumentar a sua receita e implicaria elevados custos de implantação. Quando se diz que a USP é elitista porque estudantes que podem pagar beneficiam-se da gratuidade, cria-se um falso dilema. Importa muito mais saber o papel social que os estudantes exercerão, depois de formados. Devemos trabalhar agora para que os nossos alunos venham a ser, no futuro, verdadeiros agentes de mudança. A presença da USP na sociedade é mais relevante que a presença de um grupo social em seu corpo discente. Temos em São Paulo um sistema universitário eficiente, que é público e gratuito. Aumentar esta eficiência é outro objetivo fundamental.



## Erney F. Plessmann de Camargo

**1** Por princípio sou contrário à isonomia entre (não intra) as universidades porque ela fere um aspecto importante da autonomia universitária: a liberdade de gestão financeira. Sob um

prisma pragmático, a isonomia também tem inconvenientes pois nivela os salários pelos da universidade com pior desempenho financeiro, quando seria desejável que finanças saudáveis pudessem resultar em melhores salários. Porém, diante da descontinuidade natural do poder político do Estado, não posso deixar de encarar o assunto com cautela. O clien-

telismo político pode inverter os méritos de uma boa gestão financeira. Por exemplo, a USP, no passado quase foi punida com cortes em sua cota do ICMS sob a alegação de que outras universidades "estavam mais necessitadas" (ver meu artigo Autonomia Ameaçada, O Estado de S. Paulo, 4/11/91, p.2).

**2** Não, definitivamente, não. Em toda minha carreira sempre me manifestei contrário ao pagamento pelos alunos de graduação de quaisquer taxas, inclusive de matrícula (por simbólicas que sejam ou exatamente por serem simbólicas). Porém mantenho posição oposta com relação aos cursos de extensão, particularmente aqueles destinados a profissionais que, muitas vezes, têm renda bem maior que os nossos docentes.



## Gil da Costa

**1** A chamada isonomia salarial, no momento, se restringe ao reajuste salarial na data-base. Não faz sentido uma isonomia deste tipo ser mantida. As carreiras docente e de funcionários não-docentes, há muito, são diferentes nas Universidades estaduais paulistas, o mesmo valendo para os critérios de ascensão na carreira, não havendo, portanto, uma real isonomia

## Pergunta 1

### A isonomia salarial entre as Universidades Estaduais deve ser mantida?



## Myriam Kro

**1** Considerando-se que as três Universidades Estaduais Paulistas têm funções e responsabilidades semelhantes e dependem da mesma rubrica orçamentária, justifica-se a isonomia salarial. O vínculo entre as Universidades públicas é uma garantia de manutenção e fortalecimento do modelo de autonomia. No entanto, as características historicamente instituídas de cada uma provocam diferenças e injustiças que demandam ações para corrigi-las. Essas ações não implicam necessariamente ruptura da isonomia, mas mecanismos corretivos de diferenças que podem atuar tanto na melhoria de salá-

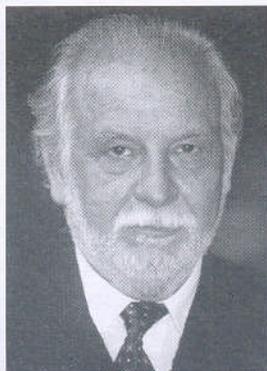
# Ensino pago

usp implantou  
s a publicar  
18 de setembro.  
ensino pago.

## Marques

salarial. Por outro lado, o reajuste salarial fica condicionado às condições orçamentárias das três Universidades, o que nivela por baixo, prejudicando os salários na(s) Universidade(s) de melhor desempenho administrativo. Um entendimento entre as três Universidades públicas paulistas será sempre necessário, em especial na eventual quebra desta isonomia.

**2** Sou favorável ao ensino público e gratuito em todos os níveis. Considero inquestionável que o ensino deve estar entre as responsabilidades inalienáveis do Estado. Sou, portanto, a favor do ensino gratuito na USP.



## Adolpho José Melfi

**1** A isonomia salarial existente entre as três Universidades Estaduais Públicas diz respeito, principalmente, aos níveis salariais da carreira docente, pois entre os funcionários existe uma certa flexibilidade. A isonomia deve, a meu ver, ser mantida em razão de sua importância política e por representar um avanço na relação entre as três Universidades. Na prática, a isonomia tem gerado situações de injustiça, não só para a USP, como ocorreu nestes últimos dois anos, mas também para as outras Universidades, em anos anteriores. Assim sendo, entendo que a isonomia deveria ser discutida dentro de um contexto mais amplo, incluindo aspectos outros, além dos níveis salariais, como por exemplo, o

comprometimento do orçamento com pagamento de pessoal, a concessão de vantagens, de prêmios de produtividade, gratificações etc.

**2** Sou totalmente contrário ao ensino pago nas Universidades Públicas. A USP, como uma grande Universidade de pesquisa possui um custo muito elevado. Se o ensino fosse pago, os recursos provenientes das anuidades cobradas dos alunos, mesmo se os valores fossem elevados e fora da realidade brasileira, iriam representar uma fração insignificante de seu orçamento global. Além de não resolver o problema orçamentário, o pagamento não iria resolver tampouco o problema social, pois certamente iria contribuir para aumentar a exclusão de uma faixa de alunos vinda de famílias de mais baixa renda. Temos ainda a considerar que o pagamento poderia constituir um forte pretexto para o Estado se afastar de suas obrigações para com o ensino e a pesquisa.

## Pergunta 2

**Você é a favor do ensino pago dentro da Universidade de São Paulo?**

## Silchik

rio como das condições de trabalho.

**2** Não. O que pudesse ser arrecadado com mensalidades seria irrelevante, mas os prejuízos acarretados ao desenvolvimento e à liberdade do ensino e da pesquisa seriam irreparáveis. Na realidade, os alunos que frequentam hoje as Universidades públicas são os que foram melhor preparados no 2º grau. As injustiças e distorções estão concentradas nas escolas básicas, onde o ensino público, que já foi de qualidade, hoje é precário, obrigando muitos estudantes, que aspiram à educação superior, a pagar cursos preparatórios. A luta para garantir a equidade da Universidade pública deve ocorrer pelo resgate da qualidade do ensino público, de forma que o ingresso privilegie a capacidade dos alunos e seja independente da sua condição econômica e social.



## Carlos Alberto B. Dantas

**1** As três Universidades públicas do Estado, a saber, USP, Unesp e Unicamp têm um papel de destaque no cenário da Educação Superior do Brasil, pois, em conjunto, são responsáveis pela formação de 73% dos doutores titulados pelas Universidades brasileiras, grande parte dos quais, vêm a constituir os quadros docentes e técnicos de nossas Universidades. Nos últimos anos vêm se estabelecendo formas de cooperação entre as três Universidades e a intensificação dessa corporação deve ser uma das metas da administração.

O decreto 29.598 de 21/02/89, que trata da autonomia Universitária, estabeleceu que o orçamento da três Universidades Públicas do Estado de São Paulo seria constituído de um percentual fixo da arrecadação do ICMS, sendo a divisão interna desse percentual feita no âmbito do Cruesp. Apesar das dificuldades salariais que atravessamos no momento não há dúvida que a autonomia trouxe enormes benefícios para a nossa Universidade. Julgo que a isonomia deve ser mantida, pois é necessário nos mantermos unidos para pre-

servar a força. No entanto, ela precisa ser aperfeiçoada, corrigindo-se distorções existentes por meio de uma flexibilização de modo que, salvaguardando o princípio, adotemos mecanismos que incentivem uma competição sadia e premie o melhor desempenho. A transformação em lei do decreto da autonomia Universitária, nos moldes estabelecidos para a Fapesp, que recebe 2% das receitas tributárias do Estado de São Paulo, é um anseio da comunidade das três Universidades Públicas do Estado que conta com todo meu empenho.

**2** Não, pois considero fundamental o financiamento do Estado a todos os níveis de educação, ainda que, nas condições atuais deva ser atribuída prioridade ao ensino básico. A USP desempenha um papel fundamental no país, tanto pelas pesquisas que desenvolve, quanto pela qualidade dos profissionais que forma e os serviços de extensão que presta para a sociedade. Embora os alunos se beneficiem também dos investimentos em pesquisa e extensão, nenhum destes pode ser contabilizado como custo direto de sua formação. Além disso, uma eventual cobrança de anuidade não traria uma contribuição significativa para o orçamento, a menos que atingisse níveis insuportáveis para a maioria dos alunos.

# A universidade pública à venda

*Seminário do Andes discute a relação entre o público e o privado na escola pública de nível superior*

**Agência Andes (Brasília-DF)** – "Ninguém pode transformar em mercadoria o saber universitário, acumulado ao longo da história, por mais que tenham havido contribuições individuais". A frase é do professor Luís Humberto Pinheiro, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e palestrante do tema "O Público e o Privado na Universidade", constante da programação do Seminário Nacional "A Universidade Pública em Debate", realizado na segunda quinzena de setembro no auditório do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados.

Segundo Pinheiro, a universidade pública brasileira vem sofrendo de um esvaziamento de recursos financeiros, de equipamento e de pessoal mas, ainda assim, continua a oferecer melhor qualidade que a particular. Isso porque a maioria de seus professores resiste a

duras penas e luta para a manutenção da universidade pública e de qualidade, enquanto uma minoria, satisfeita e "privatizante", tenta cooptar os "insatisfeitos" para provar que as coisas caminham bem.

"O que me inquieta, como profissional da área de saúde, porque sou psiquiatra, é ver o velho Hospital Universitário da Bahia, hoje, com duas portas de entrada: por um lado, entram os pretos de chinelos que conhecemos e, do outro, pessoas bem vestidas, com carros novos, usufruem dos serviços da Fundação Cardiológica, mantida por convênios especiais", desabafou o palestrante.

Pinheiro chamou a atenção dos participantes do seminário para a criação de fundações internas e da abertura para que professores com carga horária de quarenta horas semanais e dedicação exclusiva possam

dedicar um dia da semana a outra atividade ligada à iniciativa privada, desde que 5% do pecúnio recebido por eles seja destinado à universidade. "Isso é um absurdo. Usam-se as instalações da universidade para outros fins que não o do ensino e da pesquisa. Tomara que quando esses professores forem aos caixas do Banco do Brasil, para receber o pagamento, escutem do funcionário um belo: 'desculpe, mas hoje é meu dia de trabalhar para o Bradesco'", ironizou. "A universidade está se privatizando de dentro para fora", garantiu Pinheiro.

**Autonomia** - O professor da Unimep e palestrante João dos Reis Silva Júnior alertou para o fato de que, atualmente, há que se tomar cuidado para não confundir dois conceitos de suma importância para a universidade pública brasileira: o da autonomia de gestão finan-

ceira e o da autonomia financeira. "O primeiro é o que nós queremos e se refere a um determinado percentual do orçamento dedicado à universidade, cujos gastos são feitos conforme a produção", explicou Reis. "Já a autonomia financeira remete ao conceito de organização social, muito em moda hoje, que significa diminuição de recurso e de responsabilidades do governo. É o Estado mínimo", acrescentou.

Reis enfatizou a idéia de que, hoje, o Brasil é o país das reformas porque se exige um homem novo, que pulou do "Fordismo" para um sistema gerencial. Nesse caso, segundo ele, a educação – o princípio formador – é o principal alvo do governo, que tenta quebrar as estruturas para promover suas ações de ruptura com o material. "Mas quando isso acontece, há ruptura também no plano simbólico cultural", disse. (CG)

## Política do governo esvazia o SUS e hospitais universitários

**Agência Andes (Brasília)** - No ano de 1997, em que a atenção do Governo estaria voltada para a melhoria e crescimento da saúde pública no país, como anunciou o presidente Fernando Henrique no início do ano, o setor continua amargando resultados trágicos. O drama vai desde hospitais universitários sucateados à falta de uma política que faça funcionar o Sistema Único de Saúde (SUS). A crise na saúde hoje é a mesma, ou ainda pior, do que a vivida nos anos anteriores.

A polêmica foi discutida no dia 18 de setembro, no último dia do Seminário promovido pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

(Andes), que debateu em Brasília os problemas enfrentados pela Universidade Pública no país.

No caso específico dos hospitais universitários brasileiros (HU's), o presidente do Colégio de Diretores Gerais dos Hospitais Universitários e de Ensino da Associação Nacional dos Dirigentes de Ensino Superior (Andifes), Juarez de Oliveira Castro, avalia que os HU's não estão cumprindo hoje o seu papel de formação profissional e atualização tecnológica. "Não estamos mais oferecendo aos alunos condições ideais de aprendizado, graças à política do governo em querer se livrar desses hospitais e transformá-los em organizações privadas", lamentou.

### Resumo do Relatório da Tesouraria

Agosto de 1997

<b>Saldo de Junho:</b>	R\$	<b>777.570,55</b>
Contribuição Sócios	R\$	82.218,55
Repasso Andes-SN	R\$	16.512,23
Contribuição Líquida	R\$	65.706,32
<b>1. Receitas</b>		
1.2. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$	11.834,50
1.3. Outras receitas variáveis	R\$	4.984,94
<b>Disponível</b>	R\$	<b>860.096,31</b>
<b>2. Despesas</b>		
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$	32.169,58
2.2. Manutenção da Sede	R\$	5.720,60
2.3. Comunicação	R\$	6.604,80
2.4. Eventos	R\$	5.369,00
2.5. Outros	R\$	4.993,28
<b>Total Despesas</b>	R\$	<b>54.857,26</b>
<b>Saldo de Agosto</b>	R\$	<b>805.239,05</b>
<b>3. Ativo Financeiro</b>		
3.1. Aplicações em RDB + FBN	R\$	793.772,38
3.2. Poupança	R\$	7.306,27
3.3. Conta Corrente	R\$	3.137,99
3.4. Caixa Secretaria	R\$	1.022,41
<b>Total do Ativo Financeiro</b>	R\$	<b>805.239,05</b>

# Convivência entre docentes é fundamental

*Representante do Instituto de Matemática e Estatística (IME) no Conselho da Adusp, o professor Pedro Aladar Tonelli discute a relação entre professores e alunos, e fala da Cert.*

**Como reunir os docentes em torno de algo comum a todos?**

**Pedro Tonelli** – Vou falar de algo dito em uma reunião do Conselho por uma professora da Psicologia: os professores, atualmente, têm um cotidiano muito opressor. Por isso, acho que devíamos pensar na convivência entre eles, mais precisamente num Centro de Convivência, em termos de Adusp, para quando quiséssemos nos descontraír. Só vamos conseguir tirar as pessoas do purgatório científico quando oferecermos possibilidade de vivência. Se você tem uma relação só política com as pessoas e, além do mais, você discorda do ponto de vista dessas pessoas, fica impossível o diálogo. Este é o ponto importante: aproximar as pessoas, fazer elas conversarem sobre coisas que não discutem e às vezes até concordam. Hoje, estes eventos são feitos pela Reitoria.

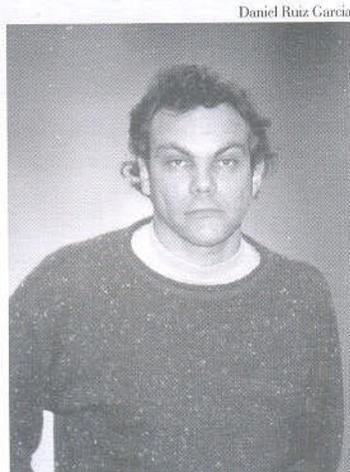
**Você acha que deveria haver um contato maior entre os alunos e a Adusp?**

**Pedro Tonelli** – Acho que a interação deveria ser maior. No ano passado teve aquela "Universidade Itinerante" que os alunos organizavam com os professores. É uma possibilidade para você melhorar o nível de convivência e até acadêmico.

**Na penúltima edição deste Informativo, um dos conselheiros da Poli disse que há pouca participação política naquela unidade. Ocorre o mesmo no IME? E quais as soluções para melhorar?**

**Pedro Tonelli** – Não. Tradicionalmente a Matemática tem muita gente mobilizada no sindicato. Mas este número tem diminuído. De uns três anos para cá houve um distanciamento entre o cotidiano dos professores e as lutas encaminhas pela Adusp. Fazem-se excessivas reuniões que dão como resultado coisas muito fracas. Discute-se muito as ideologias das decisões, mas apresenta-se muito pouco em termos práticos. Por exemplo, temos uma discussão sobre contratos precários que já dura três anos e ainda não se fez um levantamento jurídico da situação.

**Já aconteceu de haver uma oposição de interesses entre os professores da Matemática e a Diretoria da Adusp? Como você agiu?**



Daniel Ruiz Garcia

**Pedro Tonelli**

**Pedro Tonelli** – Já. As pessoas costumam confundir a Adusp com a diretoria, que é a chapa Participação. Aqui, esta chapa é muito forte e por isso é difícil ocorrer uma oposição. Mas já houve. Os representantes da Participação, por terem uma discussão mais elaborada, em várias assembleias passam como rolo compressor sobre as outras propostas que estão surgindo e ainda precisam ser discutidas.

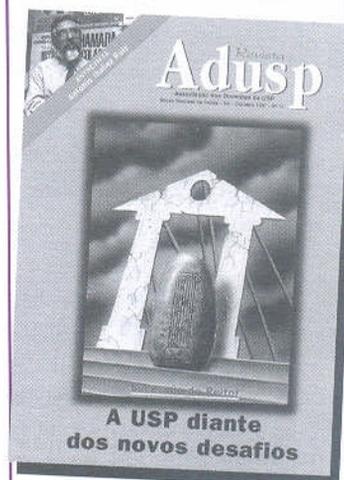
**No último debate com os reitoráveis, todos eles levantaram um discurso a favor das minorias, levando em conta as especificidades de cada unidade da USP. Você percebeu alguma proposta realmente concreta?**

**Pedro Tonelli** – Todos os atuais reitoráveis estão com um discurso muito homogêneo, tentado, ao mesmo tempo, atualizar propostas que não desagradem os professores e a Reitoria. A questão, por exemplo, da Cert: eles acham que o mal da Cert está em não haver câmaras específicas para analisar Exatas, Humanas e Biológicas. Porém, há um problema anterior: é uma comissão nomeada pelo reitor que acaba acumulando superpoderes, passando por cima do próprio Estatuto.

## Ribeirão Preto

Ocorreu no último dia 4 de setembro, em Ribeirão Preto, uma reunião da Comissão de Usuários do Serviço de Saúde da Universidade de São Paulo e gerenciadores do Sistema Integrado de Saúde da USP (Sisusp). Dentre os presentes estavam médicos, professores e o superintendente do HU, professor Erasmo Tolosa. Foram debatidos temas polêmicos como o tempo de espera no atendimento fornecido pelo Sisusp, a falta de um serviço de emergência na cidade de Ribeirão Preto e o atendimento de convênios naquela rede de saúde.

## Revista Adusp



"A USP diante dos novos desafios" é o título da capa da Revista Adusp, edição nº 11, que está sendo lançada este mês. Inteiramente dedicada ao debate da sucessão do reitor, este número traz artigos dos professores João Zanetic, Milton Santos, Maria Cristina de Moraes, José Marcelino de Rezende Pinto, J. Leite Lopes e uma entrevista com o ex-reitor da UnB, Antonio Ibañez Ruiz. Os professores Erney F. Plessmann de Camargo, Jacques Marcovitch, Francisco Miraglia, Hélio Nogueira, Isaias Raw e Célio Taniguchi também contribuem com artigos.

### Adusp

**Diretoria:**

Jair Borin, Osvaldo Coggiola, Marcos N. Magalhães, Iraci Palheta, Ildo Luís Sauer, Lighia B. Horodynski-Matsushigue, José Moura Gonçalves Filho, Paulo Y. Kageyama, Antonio César Fagundes, Jairo Kenupp Bastos, Ires Dias.

**Adusp-S.Sind.:** Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, nº 374  
Cidade Universitária - São Paulo - SP  
CEP 05508-900  
Tel: (011) 813-5573  
Fax: (011) 814-1715  
e-mail: aduspsp@org.usp.br

**Editor:**

Marcos Luiz Cripa vd  
**Assistente de redação:**  
Eduardo Lima  
**Projeto Gráfico:**  
Argeu Godoy  
**Edição de arte e diagramação:**  
Luís Ricardo Câmara  
**Secretaria:** Alexandra Carillo e Aparecida de Fátima dos Reis Paiva  
**Distribuição:** Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

**Tiragem:** 6.000 exemplares  
**Periodicidade:** mensal  
**Filmes:** Bureau Bandeirante  
**Impressão:** Gráfica Poolprint

## Fundação USP oferecerá seguro-saúde privado a docentes

A Fundação USP (FUSP), entidade de direito privado e portanto autônoma em relação à universidade, pretende criar um seguro-saúde para os seus membros e estendê-lo aos docentes e funcionários da USP. Segundo Cicely Moitinho Amaral, professor da FEA e diretor financeiro da FUSP, o projeto é de conhecimento do reitor Flávio Fava de Moraes. A extensão aos professores e funcionários da universidade será optativa e custará em torno de R\$ 70,00 por pessoa. Ainda segundo Cicely Amaral, não há previsão de tempo para a implantação do seguro-saúde. "Estamos em fase de negociação", disse.

## Extinta aposentadoria especial para professor de ensino superior

Um ano e dois meses após sair da Câmara Federal, a reforma da Previdência foi aprovada no Senado, extinguindo a aposentadoria especial para os professores de ensino superior. A votação ocorreu, em primeiro turno, no último dia 24 de setembro, com 59 votos a favor e 12 contra.

O substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) – que alterou totalmente a emenda aprovada na Câmara em 96 – elimina as aposentadorias por tempo de serviço, criando regras que combinam idade mínima (60 anos para homem, 55 para mulher) com tempo de contribuição (35 para homem, 30 para mulher) e fixa em R\$ 1.200 o teto de benefícios.

Para quem já contribuiu no sistema atual, haverá regras de transição que preservam muito pouco os di-

O tema deste seguro-saúde foi levantado no debate com os reitoráveis que a Adusp promoveu no dia 18 de setembro. Segundo o professor Cicely Amaral, responsável pela elaboração do projeto, o seguro-saúde não está sendo feito pela USP e muito menos com o envolvimento de qualquer dos candidatos a reitor.

Até o momento, a empresa preferencial para gerenciar o plano é a Seguro-Bradesco. Sudameris e Porto Seguro foram consultadas, mas a preferência recaiu sobre a Seguro-Bradesco em função desta empresa já atender a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) e a SBF (Sociedade Brasileira dos Físicos).

reitos previstos na Constituição. A emenda ainda tramitará por um segundo turno no Senado e, se passar, será novamente submetida aos deputados.

No dia seguinte à primeira aprovação no Senado, foram votados 50 trechos da proposta em separado. O Senado manteve a aposentadoria para juízes e parlamentares, ao concluir a votação, em primeiro turno. A proposta de extinguir a aposentadoria dos parlamentares foi rejeitada por 40 votos contra, 29 a favor e 1 abstenção.

Na votação, também foi retirado dispositivo que transformava a CPMF em imposto permanente. A proposta de retirada desse dispositivo foi apresentada pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), atual presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

## Rede Globo inocenta motorista da USP caluniado no Fantástico

Caluniar, segundo o Código Penal, é atribuir falsamente a alguém fato definido como crime. Em 20 de agosto de 1995, no Fantástico, e no dia seguinte, no Jornal Nacional, o motorista da Universidade de São Paulo, Antonio de Moraes Filho, o Tonhão, foi carimbado para cerca de 40 milhões de telespectadores como um receptor de objetos roubados no centro da capital paulista. A Rede Globo passou uma fita de vídeo que mostrava assaltos no centro e um dos supostos assaltantes entregando um objeto ao motorista de um veículo com o logotipo da USP. Era impossível identificar o motorista. Mas nas cenas seguintes, Tonhão aparecia manobrando o mesmo carro na Cidade Universitária, como se estivesse voltando da cena do crime.

Em 27 de julho passado, Tonhão venceu um processo contra a Globo no qual ficou patente a inconsistência da "reportagem". A fita foi gravada por um cinegrafista amador em setembro de 1994, e não em agosto de 95. O cinegrafista garantiu no processo que a Globo sabia disso. O motorista que estava

no veículo foi identificado numa sindicância da USP. Tonhão entrou na história porque a Prefeitura da Cidade Universitária, procurada pela Rede Globo em agosto de 1995, comprovou pela fichas de saída que ele dirigiu o carro no dia da gravação, só que naquele ano, e não em 1994. O funcionário Rui Campos Pereira acumpliciou-se com a TV para fazer Tonhão trazer o carro da garagem para o pátio e ser filmado pelos jornalistas.

Ao longo do processo, a Globo fez propostas de pagar 80 e depois 100 salários mínimos pela calúnia. "Tonhão recusou e declarou que sem retratação pública da Globo não tinha acordo", informou o boletim do Sindicato dos Trabalhadores da USP (4/7). Finalmente, em 6 de agosto, o Fantástico informou que Tonhão era inocente. O Jornal Nacional não se retratou. Para o público, ficou a conclusão de que alguém errou, mas não a Globo. Mas só ela errou ao divulgar a fita com data trocada e enredar um inocente numa trama que pode levar qualquer nome feio, menos jornalismo.

Publicado no Boletim nº 16 (Julho-Agosto/1997) do Instituto Gutenberg.

## Eventos lembram os 30 anos da morte de Che Guevara

O Instituto Mário Alves estará promovendo no início de outubro algumas atividades em memória aos 30 anos da morte de Che Guevara. No dia 7, às 19h00 haverá palestra com o Cônsul para assuntos políticos de Cuba e no dia 8, também às 19h00, acontecerá a



apresentação do filme Quando penso em Chê. Estas atividades estarão sendo realizadas no Centro Universitário Maria Antônia. Da programação faz ainda parte um Ato público pela solidariedade entre os povos, a ser realizado na Praça Ramos de Azevedo dia 10, às 17h00.